



Estado de Goiás  
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos



**PORTARIA Nº 1461/2014 - SRH**

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual 12.603 de 07 de abril de 1.995, da Portaria SEMARH nº071 de 10/05/2012 e do que consta o Processo nº 4172/2014 - 34423, RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a **GERSON GONÇALVES**, CPF/CNPJ Nº 003.570.739-91, por 06 (seis) anos o uso das águas estaduais localizado na **Fazenda Macaé**, município de **Luziânia**, Estado de Goiás, conforme abaixo relacionado:

MANANCIAL:	Ribeirão Pamplona
COORDENADAS:	16°21'44,2"S e 47°40'31,6"O
VAZÃO CAPTADA:	120,01 L/S
PERÍODO DE USO:	1200 H/ANO, nos mês (es) de maio a setembro.
TIPO DE USO:	Irrigação
FINALIDADE:	Atender a demanda de uma irrigação por pivô central com área de 120,01 ha
TIPO DE CAPTAÇÃO:	EM ACUMULAÇÃO
CARACTERÍSTICAS DA ACUMULAÇÃO:	VOLUME ÚTIL: 2.378.400,00M³ Nº PROCESSO DE OUTORGA: 20541/2010 - 8660

**Parágrafo Único** – Todas as obras e projetos desta concessão encontram-se implantados conforme determinação da Portaria nº 620/2008 - GAB, sendo renovada por esta.

Art. 2º - Fica o outorgado obrigado a:

- I. Manter o uso em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;
- II. Responder, civilmente e criminalmente, por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada;
- III. Responder por todos os encargos relativos à execução dos serviços e obras necessários à efetivação do uso, inclusive para a adequação da qualidade da água conforme Portaria MS nº 2.914, de 12-12-2011 e Resolução CONAMA nº 357/2005, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério da SEMARH, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;
- IV. Manter uma vazão mínima indicada pela Superintendência de Recursos Hídricos no manancial a jusante da barragem e cumprir todas as exigências estabelecidas na portaria de outorga.
- V. Proceder a abertura de um novo processo para regularizar a situação do canal existente nas coordenadas 16° 21' 47,2" S e 47° 38' 48,9", visto que o

pedido de renovação (P - 8660) teve o parecer técnico contrário e a renovação indeferida.

**Art. 3º** - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas em Lei.

**Art. 4º** - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

- I. Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tomarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;
- II. Na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente;
- III. Da constatação de discrepâncias entre os projetos apresentados e as os usos efetivamente implementados;
- IV. Do descumprimento das especificações desta Portaria.

**Art. 5º** - Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário e resguardadas as modificações de legislações posteriores.

**CUM PRA - S E.**

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, 1 de agosto de 2014.



**BENTO DE GODOY NETO**  
Superintendente de Recursos Hídricos